



Os argumentos céticos de Hume contra a existência do mundo externo

*Dener de Souza Borges**

Resumo: Esse trabalho analisa o ceticismo apresentado por Hume quanto à concepção de mundo externo, chamado por ele de ceticismo mitigado ou moderado, e mostra suas críticas aos sistemas que procuram justificar a existência de objetos distintos da mente. Hume apresenta uma nova compreensão acerca da natureza das percepções opondo-se à maneira como o senso comum as compreende ao considerarem as impressões dos sentidos como os próprios objetos. Também a crítica se estende ao sistema filosófico de sua época que buscou justificar uma dupla existência: percepções causadas por objetos externos. O trabalho mostra como as críticas são feitas ao senso comum e aos sistemas de Locke e Berkeley sobre a natureza das percepções. Será apresentado, durante o trabalho, que a noção de existência contínua e distinta de objetos do pensamento é uma forte crença que se fundamenta principalmente com as impressões

* Graduando em Filosofia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Foi bolsista PIBIC/UFPA (2018-2019). Participa do grupo de pesquisa Kant e o Kantismo cadastrado no CNPq. Realiza pesquisa com problemas relacionados a filosofia de Locke, Hume e Kant. E-mail: denerborgess@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4275-7637>.

registradas na memória e ganham força por meio do hábito e das funções da imaginação. Por fim, procurar-se-á mostrar que as causas de se supor o mundo contínuo e distinto da mente não justificam a crença em objetos externos de maneira distinguível da mente sem se fundamentar nas funções realizadas pela imaginação, considerada por Hume, falaciosa.

Palavras-chave: Mundo externo. Percepções. Ceticismo. Mente. Continuidade.

Hume's skeptical arguments against the existence of the external world

Abstract: This work analyzes the skepticism presented by Hume regarding the conception of the external world, which he calls mitigated or moderate skepticism, and shows his criticisms of systems that seek to justify the existence of distinct objects of the mind. Hume presents a new understanding about the nature of perceptions as opposed to the way common sense understands them, considering the impressions of the senses as the objects themselves. Criticism also extends to the philosophical system of its time that sought to justify a double existence: perceptions caused by external objects. The work shows how criticism is made of common sense and Locke and Berkeley's systems about the nature of perceptions. It will be

presented, during the work, that the notion of continuous and distinct existence of objects of thought is a strong belief that is based mainly on the impressions registered in memory and gains strength through habit and the functions of the imagination. Finally, we will try to show that the causes, as Hume demonstrates, of assuming a continuous and distinct world of the mind, do not justify the belief in an external world in an intelligible way, without being based on the functions performed by the imagination, considered by Hume, fallacious.

Keywords: External world. Perceptions. Skepticism. Mind. Continuity.

Introdução¹

O problema cético acerca da realidade dos objetos apreendidos pelos sentidos vem desde os gregos antigos. Esse problema é retomado no período da modernidade como recurso para fundamentar metodologias e impedir o avanço dos raciocínios equivocados. Hume propõe o ceticismo mitigado ou moderado a partir de suas críticas aos sistemas que procuram justificar a existência de objetos externos à mente.

¹ As seguintes abreviaturas serão usadas ao longo do texto *T.* para *Tratado da natureza humana* e *I.* para *Investigação sobre o entendimento Humano*.

A primeira parte desse trabalho mostrará a compreensão de Hume quanto à natureza das percepções, classificando-as como os únicos objetos do conhecimento e que não se pode inferir existência além destas. Essa perspectiva confronta duas posições distintas: de um lado, a maneira como o vulgo, ou o senso comum, considera as percepções da mente como sendo os próprios objetos externos, supondo um realismo direto, ou seja, supondo que a imagem que chega à mente são as próprias coisas; de outro, critica visão do sistema filosófico da sua época, que buscava justificar uma dupla existência entre percepções e objetos. O principal autor que realiza essa distinção com suas ideias de qualidades primárias e secundárias dos corpos é Locke, o qual Hume refuta utilizando os argumentos já antes apresentados por Berkeley, mas propõe conclusões diferentes deste autor acerca da natureza das percepções.

Depois será analisada a maneira como o pensamento julga real aquilo que diz respeito a questões de fato. Hume demonstra que os princípios que levam as pessoas a raciocinarem que o mundo é algo constante e que obedece a regras encontram seus elementos nas impressões guardadas na memória, as quais sustentam a crença nas coisas a partir de experiências passadas por meio da força tendo do hábito. Porém, essa construção mental só justifica existência em caráter psicológico.

Por fim, serão analisados os motivos ou causas que levam as pessoas a acreditarem na continuação e na distinção dos corpos em relação à mente, demonstrando que essa noção se fundamenta na imaginação, com duas qualidades de impressões que Hume chama de constância e coerência. Porém, esse filósofo mostra que estes recursos usados pela imaginação serão demonstrados falaciosos e ilusórios a partir da maneira em que são fundamentados, o que gera o problema de dar segurança aos juízos acerca das questões de fato.

1. A concepção de Hume sobre as percepções: impressões e ideias

Hume procura estabelecer uma ciência da natureza humana entendendo como principal recurso para produzir essa ciência os próprios princípios dessa natureza. O objetivo é identificar, a partir da análise da origem das ideias, como surgem às relações que possibilitam formular juízos e raciocínios sobre questões formais e sobre fatos. Na primeira parte do *Tratado da natureza humana*, no livro I, Hume propõe estabelecer o funcionamento da mente e os princípios que possibilitam o conhecimento. Essa análise é fundamental para compreensão do seu ceticismo quanto ao mundo externo, porque é onde se estabelece os limites daquilo que se pode conhecer. A partir da compreensão do funcionamento da mente, ele analisa a maneira como se obtém o conhecimento do mundo.

Inicialmente, Hume argumenta que tudo o que pode chegar à mente são apenas percepções (*T*, 1. 1, 1, 1). Por sua vez, as percepções são divididas em impressões e ideias e se diferenciam pelo grau de força e vividez com que alcançam a mente, sendo as primeiras as mais fortes e vívidas e se caracterizam pela imediatez com que se apresentam aos sentidos, podendo ser internas e externas, ao passo que as segundas são cópias menos vívidas das impressões (*T*, 1. 1, 1,1-2). A partir desses princípios o mundo é investigado como possibilidade ou não de conhecimento².

Os princípios fundamentais de investigação da mente dependem indispensavelmente da maneira como Hume definirá o que são as percepções. Como Conventry (2009) afirma, os princípios da cópia, da separabilidade da associação de ideias são fundamentais em seus argumentos para tratar sobre as ideias abstratas, espaço e tempo, causalidade, ceticismo etc. Esses conceitos são as bases da organização das ideias de acordo com Hume e são possíveis pela nova definição de percepção dada pelo filósofo.

As percepções são os elementos principais do funcionamento da mente. Hume, ao utilizar as impressões como qualidade diferente de ideias, estabelece um novo critério para definir os corpos que se distinguirá dos argumentos propostos por Locke e por Berkeley. O

² Watkins (1990, p. 13-14) afirma que o ceticismo de Hume reconhece a possibilidade de conhecer os fundamentos das verdades lógicas, porém, no que diz respeito ao mundo externo, não há conhecimento genuíno.

novo critério de análise dará a Hume a possibilidade de criticar a noção de ideias simples, de acordo com o sistema de Locke³, e possibilitar a suposição de continuidade de objetos mesmo não sendo mais percebidos, pensamento que Berkeley acreditava ser incorreto, devido o sistema de Berkeley ter a pretensão de concordar com o senso comum que acreditavam no realismo direto, o objeto percebido era real⁴.

Hume considera desprovido de argumentos lógicos inteligíveis a possibilidade de demonstrar objetos independentes da mente. Seu argumento não afirma a impossibilidade de existirem coisas externas à mente, apenas que não se pode avançar além do que ele considera os únicos objetos do conhecimento, a saber as percepções, que são as bases fundamentais para sua teoria das ideias.

Para Hume nada pode estar presente à mente além das percepções (*T*, 1. 2, 6, 8). Todo o objeto do conhecimento humano se resume apenas em impressões e ideias e qualquer qualidade que se possa atribuir àquilo que é percebido não vai além das percepções internas e descontínuas, “odiar, amar, pensar, sentir, ver – tudo isso não é senão perceber” (*T*, 1. 2, 6, 7). Essa postura é uma oposição direta tanto aos pensamentos do vulgo, que considera as percepções como sendo os próprios objetos contínuos e independentes da mente,

³ Cf. LOCKE, 1999, p. 63

⁴ A noção do senso comum será mais bem detalhada nos próximos parágrafos

de modo a formar um juízo que supõe um realismo direto, ou seja, que as percepções são os próprios objetos, quanto ao sistema filosófico moderno, que afirma que os objetos externos são as causas das percepções internas.

1.1 Hume e o problema do realismo direto do vulgo

Hume examina noção do vulgo, com o realismo direto, considerando os meios que os faz pensar na existência de corpos distintos. É compreendido que para a maior parte das pessoas é natural atribuir realidade às percepções, colocando-as como sendo os próprios objetos, o que alguns autores chamarão de realismo do senso comum⁵. Essa noção é produto do que Hume chama de instinto natural, que surge antes de qualquer raciocínio e opera nas pessoas de maneira natural, levando-as a depositar fé em seus sentidos e considerar o que é percebido como contínuo e independente da mente (*I*, 12, 1, 8). No entanto, como Hume destaca, esse raciocínio do senso comum não pode ser mantido de maneira justificável sem cair em contradições, resultando em ceticismo.

O instinto natural leva as pessoas a considerarem aquilo que os sentidos apreendem como sendo reais, verdadeiros e independentes da mente, noção que é demonstrada sendo destituída de

⁵ Cf. WILLIS, 2009, p. 14.

inteligibilidade, pois a fidelidade dos sentidos, quando avaliados detalhadamente, é facilmente questionada. Os céticos gregos discutiram o mundo como produto mental ou como uma espécie de filosofia da mente, por entenderem que a constituição do mundo depende, de maneira indispensável, do sujeito para existir⁶. Em muitos momentos, os sentidos se mostram duvidosos e incertos, como é observado na mudança do tamanho de objetos quando percebidos em diferentes distâncias, ou na aparente distorção de um remo imerso na água e nas alterações das percepções durante um delírio (*I*, 12, 1, 6).

O primeiro exame dos sentidos foi uma das causas que levou Descartes a propor o seu ceticismo, que Hume chama de antecedente a toda a filosofia⁷, até chegar na dúvida hiperbólica com a hipótese do gênio maligno. Hume segue o mesmo raciocínio quanto à dúvida acerca da fidelidade das sensações. Supor uma existência distinta produzida pelos sentidos também se mostra impossível porque não há

⁶ PORCHAT (2007, p. 89-101) compreende que os céticos gregos já apresentavam uma distinção entre o “mental e não mental” resultando dessa distinção o ceticismo quanto à percepção obtida pelos sentidos. Essa discussão se referia aos objetos tratando-os como nossas representações formadas por processos subjetivos e rejeitava a ideia de que a representação dos sentidos eram corpos reais e independentes do pensamento. Segundo sua análise, a filosofia moderna reutilizou muitos argumentos do ceticismo grego para uma “uma suspensão metodológica do juízo”, para elaborar sistemas eficientes como recurso metodológico na construção segura do conhecimento, tal como Descartes.

⁷ Owens afirma que Hume considera esse ceticismo, tal como Descartes propõe, impossível de ser respondido e o rejeita para propor o seu. (2000, p. 3).

uma experiência de duas percepções, isto é, aquela que chega aos sentidos e a do objeto tal como ele é. Os sentidos sozinhos apenas apresentam impressões singulares e nunca podem propor tal possibilidade. (*T*, 1. 4, 2, 5)

Essa análise demonstra que os sentidos necessitam de correção em alguns momentos, além disso, Hume mostra que, além dos possíveis erros dos dados apreendidos pelos sentidos, considerados pelo vulgo como sendo os próprios objetos externos, tais dados são objetos meramente internos e descontínuos, sendo totalmente dependentes do sujeito, o que mostra o realismo direto é um equívoco.

Argumenta Hume:

Primeiramente, será convincente examinar alguns dos experimentos que nos convencem de que nossas percepções não possuem uma existência independente. Quando pressionamos um olho com o dedo, percebemos imediatamente que todos os objetos se duplicam, e metade deles se afasta de sua posição comum e natural. Mas como não atribuímos uma existência contínua a ambas as percepções, embora tenham a mesma natureza, percebemos com clareza que todas as nossas percepções dependem de nossos órgãos e da disposição de nossos nervos e espíritos animais. (*T*, 1. 4, 2, 45).

Dessa forma, Hume refuta, a partir de um breve exame, noção do vulgo que considera as percepções como sendo reais, distintas da mente e contínuas. Hume demonstra que todas as percepções são internas e descontínuas, que cessam quando a mente deixa de operar. Pensar que as percepções são objetos distintos da mente gera contradição, pois não há como demonstrar uma impressão

independente dos sentidos e das ideias para existir. O vulgo supõe que os objetos existem mesmo não sendo percebidos, entretanto, essa suposição só é possível de ser feita dentro do âmbito mental ou campo das ideias. Considerando que só é possível fazer tal suposição pelo pensamento devido não existir uma impressão, distinta da mente, para sugerir algo independente, o vulgo se fundamenta em uma noção errônea.

O que produz a ideia de objetos externos é algo diferente dos sentidos. Supor algo externo além das próprias percepções possui uma causa que não encontra fundamento nos sentidos. Dessa maneira, Hume coloca o realismo direto como falso, porque um mero produto da noção interna da imediatez com que as coisas aparecem durante a experiência.

1.2- As críticas de Hume às concepções filosóficas de Locke e Berkeley

O sistema moderno, ao perceber que as percepções são internas e descontínuas propôs o argumento da dupla existência, colocando as percepções como causadas por objetos reais e externos. Hume também rejeita esse argumento demonstrando a impossibilidade de sustentar tal noção. Cachel (2007) mostra que os argumentos de Berkeley são novamente utilizados por Hume para rejeitar esse argumento moderno:

Hume reconhece o que Berkeley já havia admitido, a saber, que supondo uma diferença entre objetos e percepções não é possível conhecer o “mundo exterior” ou, na questão admitida pelo primeiro, explicar de que se origina a crença nos corpos. (CACHEL, 2011, p. 130)

O objetivo principal é fazer críticas ao sistema proposto por Locke, que afirmava termos corpos qualidades primárias e secundárias. AYER (2003, p. 27) afirma que Locke buscou concordar com as teorias científicas de Boyle, Newton e outros cientistas que acreditavam na realidade da matéria independente do sujeito. Locke teve maior influência da teoria dos corpúsculos de Boyle⁸.

Locke afirmava que os corpos apresentam dois tipos de qualidades que os sentidos apreendem: as primárias dizem respeito às noções de figura, volume, movimento, situação e solidez dos corpos; e as secundárias são as noções de cores, sabores, aromas, sons, calor e frio. Sendo assim, as qualidades primárias são reais e externas e as secundárias são como efeitos que os objetos causam em nós, produzindo as noções internas e dependentes.

As qualidades primárias estariam nos objetos físicos que existem independentemente da mente, nos quais se aplicavam os juízos da física, dando possibilidade de explicá-los de maneira a dar conta dos

⁸ De acordo com ZaterKa (2006, p. 61) os filósofos naturais, como Bacon, e cientistas contemporâneos de Locke influenciaram bastante seu pensamento. Locke teria participado de várias atividades científicas como a do Colégio invisível e *Royal Society*

fenômenos⁹. Os de natureza secundária são de caráter interno, sendo efeitos ou poderes dos corpos nos sentidos e dependentes da mente. Porém, assim como Berkeley, Hume mostra a impossibilidade desse argumento a partir de sua suposição ao ser demonstrado contrário a qualquer experiência considerando que não há impressão alguma que corresponda a um objeto diferente das percepções.

A oposição humeana encontra-se referente à concepção de Locke que diferencia as qualidades primárias das secundárias. Hume considera que as qualidades secundárias não podem ser diferenciadas das primárias porque também são apreendidas pelos sentidos e podem ser igualmente concebidas, isto é, como dependente da própria mente sendo impossível de separar do sujeito para existir distintamente da maneira como o sistema propôs. A crítica humeana utiliza o mesmo argumento apresentando por Berkeley:

É universalmente reconhecido, pelos modernos pesquisadores, que todas as qualidades sensíveis de objetos, tais como o duro e o mole, o quente e o frio, o branco e o preto etc., são meramente secundárias e não existem nos objetos eles mesmos [...] se isso se admite com relação às qualidades secundárias, o mesmo deve igualmente se seguir com relação às supostas qualidades primárias [...] a ideia de extensão é inteiramente adquirida a partir dos sentidos do tato e da visão, e se todas as qualidades percebidas pelos sentidos estão na mente, não no objeto, a mesma conclusão deve alcançar a ideia de extensão. (*I*, 12, 1, 15).

⁹ Edwin (1994, p. 58) afirma que Locke considera sua teoria como a única que concilia de maneira mais adequada as noções do senso comum sobre os corpos e da causalidade deles.

Para Hume, as qualidades primárias se resumem à noção de solidez de extensão, não sendo compreendidas como noções independentes do pensamento quando divididas em partes simples. O movimento só é compreendido pela ideia de corpo movido e só se torna inteligível quando se supõe outros corpos sólidos, por isso é reduzido às ideias de solidez ou extensão (*T*, 1. 4, 4, 7). Ambas as noções são compostas, pois a ideia de extensão ocorre pela associação entre pontos sólidos e coloridos, noção essa que vem da compreensão de que um corpo extenso não pode ser dividido infinitamente e resulta em um ponto sólido.

A extensão é uma associação de ideias acerca de pontos sólidos, portanto, complexa e não simples como Locke afirmava. Já a ideia de solidez é decorrente da ideia de impenetrabilidade a qual supõe pelo menos dois corpos pressionados um contra o outro, de modo que tal ideia que não pode ser compreendida sem associação de objetos. O que Hume conclui é que não há uma ideia inteligível de solidez que não recorra a abstrações, e que as qualidades primárias não apresentam impressões simples da matéria. (*T*, 4. 4, 4, 10-11)

Hume demonstra que a teoria lockeana não consegue superar os princípios que ele propôs como critério de demonstração da origem das ideias, como o princípio da cópia¹⁰. De acordo com esse princípio,

¹⁰ O princípio da cópia afirma que uma ideia complexa ao ser separada em partes simples encontra uma impressão simples correspondente. Esse termo, princípio da cópia, segundo CACHEL (2016, p.29), foi utilizado pela primeira vez por Noxon.

se há objetos externos, deve existir alguma experiência que demonstra uma dupla percepção evidente para o entendimento, ou alguma maneira de conexão direta de objeto e mente concebível. Mas como as ideias apenas apresentam “uma noção similar”, supor um objeto distinto é o mesmo que supor uma outra percepção além das impressões e ideias, algo que se torna impossível, pois não há uma experiência que possibilite tal observação. O próprio corpo é posto em dúvida e não se pode afirmar nada sobre ele além das percepções. Nesse caso o argumento de Locke sobre a matéria perde força e se torna alvo do ceticismo.

Hume utiliza os argumentos de Berkeley para refutar a inteligibilidade do argumento da dupla existência apresentado pelo sistema filosófico de Locke. Porém, a noção produzida por Berkeley acerca da natureza das percepções é rejeitada por Hume. Para Berkeley, o ser é o ser percebido. Ele elimina a matéria, como os físicos a conceberam, e coloca aquilo, a que chamam de realidade, como sendo disposição do espírito, ou seja, a própria realidade é a percepção que existe enquanto percebida. Com isso, ele busca justificar seu sistema de maneira que concorde com o senso comum, que não duvida da fidelidade das percepções da mente, e resolve o problema do ceticismo que, segundo sua noção, era causado pela suposição de uma dupla existência, que resultava da proposta feita

pela filosofia moderna, que colocava os sentidos em dúvida quanto à precisão de suas apreensões. (CACHEL, 2007, p. 133).

Berkeley responde às críticas feitas ao seu sistema, em que afirmavam que o vulgo julga serem as percepções contínuas e independentes, ao argumentar que essa ideia é sem sentido e não pode ser levada em conta. Berkeley entendia que esse pensamento era um erro de raciocínio causado pelo sistema moderno das qualidades primárias e secundárias. “Qualquer ideia de matéria é destituída de sentido” (CACHEL, 2007, p. 135). Para Berkeley, falar sobre criação e aniquilação de matéria era irracional e resultaria em contradição. Essa contradição ocorria pela suposição de que objetos da percepção são diferentes da mente. Ele entendia que o senso comum não faz essa distinção, a não ser que sejam induzidos pelo sistema moderno.

Ao atribuir existência independente da mente não é possível justificar como uma coisa real que permanece mesmo não sendo percebida pelo sujeito, levando em conta a dependência das percepções do sujeito para existirem. A realidade é apenas o seu ser percebido. Berkeley pontua essa relação da seguinte maneira:

Há verdades óbvias para o espírito que ao homem basta abrir os olhos para vê-las. Entre elas muito importante é a de saber que todo o firmamento e as coisas da terra, numa palavra, todos os corpos que compõem a poderosa máquina do mundo não subsistem sem um espírito, e o seu ser é serem percebidas ou conhecidas, conseqüentemente, enquanto eu ou qualquer outro espírito criado não temos dela percepção atual, não tem existência ou subsistem na mente de algum espírito eterno; sendo perfeitamente ininteligível e abrangendo todo o absurdo da

abstração atribuir a uma parte deles existência independente do espírito. Para ver isso bem claramente, o leitor só precisa refletir e tentar separar no pensamento o ser de um objeto sensível do seu ser percebido. (BERKELEY, 1973, p.20).

Hume caminha por outra direção ao demonstrar a inteligibilidade da noção de continuidade das percepções quando não percebidas, noção que Berkeley acreditava vir do uso equivocado da razão. Hume, porém, demonstra outro fundamento, atribuindo a determinadas “percepções peculiares” e que o vulgo é condicionado a *crer*, por esse fundamento, na continuidade das coisas mesmo não percebidas, rejeitando a hipótese do erro de raciocínio feita por Berkeley. Ao entender a mente como “um feixe ou coleção de diferentes percepções, unidas por certas relações” (*T*, 4, 2, 39), Hume mostra que é possível conceber percepções isoladas da mente ao rejeitar a hipótese de um “eu” substancial responsável por perceber, como Berkeley e Descartes supunham.

Ao supor a mente não como substância metafísica, ele transforma a compreensão de mente como aglomerados de percepções, possibilitando pensar logicamente a possibilidade de haver uma impressão que não faça parte desse aglomerado da mente, e com isso, o idealismo de Berkeley não conseguiria se conciliar com os sistemas vulgar e filosófico. CACHEL (2007, p. 140-141) destaca que a suposição da mente como feixe de percepções possibilita pensar uma percepção isoladamente da mente sem implicar sua aniquilação, tornando possível supor uma existência distinta da mente.

Hume não compreende o “eu” como algo substancial porque não há impressão alguma desse “espírito” que é responsável por dar realidade às coisas. O que ocorre, segundo seu pensamento, é que diferentes impressões formam a ideia de um eu substancial, mas ao ser analisada detalhadamente, não há qualquer impressão simples correspondente ao “eu” (*T*, 1. 4, 2. 6). Tal noção impossibilita a existência somente pelo ser que a percebe, uma vez que não é possível apresentar uma experiência que justifique a existência do “eu” porque o próprio ser é posto como relação de percepções e não como diferente delas e autossuficiente.

Para Hume não se pode admitir outra existência além das percepções, mas pode ser logicamente possível a discussão da continuidade e distinção de corpos da mente. De certa maneira, ele considera algo fundamental como base dos juízos acerca das questões de fato, que é o instinto natural. Acerca disso, argumenta Ayer:

Embora não se esteja normalmente consciente de efetuar quaisquer inferências quando se pronunciar um simples juízo receptivo como “isto é um cinzeiro” ou “este é um lápis”, a um sentido o qual eles de fato contêm inferências. Mas então essas inferências precisam ter uma base. Deve haver, na terminologia de Bertrand Russell, “dados duros” nos quais se baseiam. E as impressões de Hume são esses “dados duros”, chamados por outro nome. (AYER, 2003, p.57-58).

A partir dessa análise, o ceticismo de Hume quanto ao que se percebe admite uma existência fundamental para os juízos, que são as próprias percepções, e que não é inteligível discutir existência além

dessa concepção. O que ele propõe é um tipo de fenomenalismo, segundo Williges (2009, p. 19), como único recurso de investigação inteligível. Tudo o que pode ser conhecido são os dados que os sentidos apreendem e apresentam à mente, porém, os dados não conseguem demonstrar nada além desses fenômenos.

2.2 Os argumentos céticos de Hume sobre a realidade do mundo externo

Nesta parte trataremos dos elementos que contribuem como as causas da crença no mundo externo e o motivo de Hume assumir a postura cética. Será destacado o papel da imaginação como fundamento de todo pensamento acerca das questões de fato que se baseiam no instinto natural, bem como a importância do princípio de identidade na construção da realidade do mundo ao possibilitar um fundamento, que Hume entenderá como falacioso, que leva a mente a supor que os corpos são distintos da mente ao supor invariabilidade de determinadas percepções.

2.1-Primeira crítica cética contra o realismo do mundo externo: memória e crença

Hume define memória como “a faculdade pela qual repetimos nossas impressões da primeira maneira como as percebemos” (*T*, 1, 1, 3. 1). Essa faculdade não preserva inteiramente os detalhes das

impressões, mas conserva um grau considerável de semelhança, sendo um fundamental recurso para que a imaginação relacione as ideias das experiências passadas.

A associação de ideias ocorre pelas constantes repetições observadas nos fatos, sendo que Hume considera como causa das associações de ideias o hábito. Quando são observadas experiências semelhantes, o hábito produz a propensão de que um objeto é causa de outro de forma que supõe a ideia de causalidade por meio despercebido da imaginação (*I*, 5, 1, 5). Esse raciocínio ocorre por abstrações, porém os objetos não existem como ideias simples, apenas como compostas, sendo que, as ideias compostas surgem por processos mentais. Isso ocorre porque as diferentes impressões simples guardadas na memória, que são utilizadas de maneira natural pela imaginação, formam representações causais involuntárias associando um caso ao outro e formulando ideias compostas. Esses juízos são arbitrários quando tenta descrever o funcionamento do mundo, e tem como base a suposição de que o futuro se assemelhará ao passado. (*I*, 4, 2, 19)

Segundo Hume, o que leva o pensamento a supor objetos distintos é um processo de causa e efeito que ocorre associando ideias simples, de modo a formar ideias composta. Porém, essa associação acontece de maneira despercebida na mente, o que leva a supor que essas percepções são simples. Porém, as principais ideias que

produzem a noção de objetos, ao serem separadas em partes simples, não apresentam a ideia de objeto, mas apenas como algo dependente do próprio sujeito.

Hume identifica três princípios que exercem influência no pensamento e fazem as conexões entre as ideias, sendo como causas internas de suas organizações. São eles: semelhança, contiguidade no tempo e no espaço e causa ou efeito:

Um retrato conduz naturalmente nossos pensamentos para o original [semelhança]; a menção de um cômodo numa habitação leva naturalmente a uma indagação ou observação relativa aos demais [contiguidade]; e, se pensarmos em um fermento, dificilmente conseguiremos evitar uma reflexão sobre a dor que o acompanha. [causa e efeito] (*I*, 3, 3).

Segundo o pensamento de Hume, esses princípios são universais e possibilitam os raciocínios acerca das questões de fato. Eles são responsáveis pela maneira como a mente se comporta diante do mundo a partir das experiências que chegam à memória. Quando alguém se depara com algo semelhante a um determinado registro passado, o raciocínio leva naturalmente a associar uma narrativa ou imagem a certo fato. Quando alguém caminha em direção a determinado lugar, os objetos da trajetória servem como auxílio para fortalecer a crença na existência do lugar e fazem com que as impressões na memória se tornem mais vívidas, e levando a pessoa a supor que o lugar realmente encontra-se naquele caminho. A relação de causa e efeito produz um raciocínio que, de certa maneira, faz uma

representação pela semelhança, como o pensar na dor de um ferimento, e produz uma forte relação de percepções. Como o fato atual é muito semelhante ao que ocorreu no passado, o raciocínio acaba supondo uma lei metafísica: a causalidade.

Esses princípios direcionam o pensamento sobre os fatos, mas alguém pode supor algo considerado falso no mundo ou não factual como a existência de uma *quimera* que pode ser compreendido a partir dos três princípios, porém isso ocorre devido a imaginação não ter limites para elaborar conexões entre percepções e formar ideias. Hume usa esse exemplo para mostrar que mesmo esses princípios não garantem segurança para supor realidade sem questioná-la. Porém o que diferencia alguns registros contidos na memória e na imaginação é a intensidade de segurança que a mente encontra nas percepções. As percepções mais intensas, Hume chamará de crença.

A crença separa os elementos que as pessoas consideram fictícias das chamadas reais. Hume define assim o sentimento de crença na sua proposta teórica:

[...] O sentimento de crença nada mais é que uma concepção mais intensa e constante do que a que acompanha as meras ficções da imaginação, e essa maneira de conceber provém de uma habitual conjunção do objeto com algo presente à memória ou aos sentidos. (*I*, 5, 2, 13).

É por meio da crença que a mente supõe que algo está de acordo com a realidade ou não, pois a crença sempre considera algo que está presente aos sentidos, por exemplo, uma ideia contida na memória

será considerada verdadeira quando encontrar uma impressão correspondente, como a suposição do nascer do sol no outro dia. Com esses elementos, a mente é condicionada, pelo instinto natural, a acreditar que há um mundo externo que obedece a leis constantes. O que torna esse raciocínio possível é algo que pode ser chamado de inferência causal, que supõe uma perfeita relação entre as percepções que dizem respeito a questões de fato. Inferência que Hume classifica como arbitrária e sem qualquer garantia de sua universalidade. Somente a força do hábito é que garante tal possibilidade, mas como são noções não objetivas, essa suposição é alvo de questionamento.

Embora os raciocínios acerca das questões de fatos demonstrem aparência de ordem, ao ser investigada a maneira como concebemos juízos sobre eles, o cético encontra meios para questionar aquilo que as pessoas consideram como crenças verdadeiras. A crença produz a sensação de regularidade e com isso um mundo independente, mas ao compreender os processos responsáveis por essa ideia, o mundo permanece como existência que depende de processos mentais.

2.2- Segunda crítica cética contra o realismo do mundo externo: continuidade e distinção dos corpos

Hume compreende como discussão realmente relevante a análise para identificar quais são as causas que nos induzem a crer na continuidade e distinção dos objetos da mente. A discussão humeana

não considera se há ou não corpos porque, como foi demonstrado inicialmente, não se pode conhecer nada além das percepções, mas somente questionar o porquê se atribui continuidade às mesmas quando não mais estão operando¹¹.

Há três possibilidades para supor a continuidade das percepções. A primeira é a do vulgo que considera os objetos o mesmo que as percepções dos sentidos. Essa noção foi mostrada ininteligível, porque, por um lado, as percepções são internas e descontínuas e por outro supor tal hipótese seria o mesmo que supor que os sentidos permanecem operando após cessarem de operar, o que é uma grande contradição.

A segunda é a razão. Hume verifica se a razão, tal como Berkeley propõe, é o motivo de produzir a ideia de continuidade dos corpos. Para Hume, essa noção de continuidade dos corpos vem antes de qualquer raciocínio. Ele demonstra que os argumentos racionais são desconhecidos pela maioria do vulgo, que considera reais tudo aquilo que percebem, colocando o argumento berkeleyano como falso¹². A constatação de Hume é que as pessoas depositam fé em seus sentidos através de uma relação produzida pela imaginação a partir de certas impressões peculiares (*T*, 4, 2, 19-20). Essas impressões peculiares são a constância e a coerência de certas percepções que a imaginação

¹¹ Cf. SMITH, 1995, p. 112

¹² Hume argumenta que antes mesmo de raciocinar, por meio do instinto natural, as pessoas já supõem existência de objetos independentes da mente. (*I*, 12, 1, 7).

utiliza para preencher as lacunas deixadas pela ausência de certas percepções, processo que se dá por um raciocínio causal, mediante os registros da memória. Esclarece Hume:

[...] Ouço de repente um barulho como de uma porta girando sobre seus gonzos; pouco depois, vejo um mensageiro que vem em minha direção [...] jamais observei que esse barulho pudesse proceder de alguma coisa que não fosse o movimento de uma porta; concluo que o presente fenômeno contradiz toda experiência passada, a menos que a porta que me recordo ter estado do outro lado do quarto ainda exista [...] Recebendo uma carta, e ao abri-la, percebo pela letra e pela assinatura ter sido enviada por um amigo, que diz estar a duzentas léguas de distância. É evidente que eu não poderia dar conta desse fenômeno de maneira conforme a minha experiência de outros casos, sem desdobrar minha mente todo o mar e o continente que nos separam, e sem supor os efeitos e a existência contínua dos correios e barcas, de acordo com minha memória e observação. (*T*, 1. 4, 2, 20).

Esse exemplo mostra como as duas características das impressões possibilitam a noção de continuidades das coisas. A imaginação preenche toda a lacuna deixada pela ausência de percepções ou experiências registradas na memória. Como sempre percebemos que certas impressões continuam semelhantes após uma pequena ausência do uso dos sentidos, como o fechar dos olhos por um instante e ao abri-los as coisas continuarem semelhantes, ou o nascer do sol, que some por um tempo, mas repete o mesmo processo, as pessoas são levadas pelas experiências passadas a supor uma continuidade de fatos independente da mente.

Quando uma percepção apresenta uma considerável diferença da anterior, a mente percebe coerência na mudança, como a do estado de

uma fogueira deixada na lareira que se reduz a cinzas, o pensamento conduz a crer que houve continuidade do fato, pois em outro momento acompanhou a mudança do estado da fogueira. Quando não estava presente para observar essa mudança novamente, a mente interpreta como coerente a alteração por associar a fatos passados e só pôde ser dessa maneira porque os objetos permaneceram existindo mesmo na ausência das percepções supondo regularidade nos fatos. Mas, para Hume, essa regularidade com que se percebem as coisas é falaciosa.

Os objetos dos sentidos, ao serem examinados com sutileza, mostram diferenças entre percepções presente e passadas, mas, para que a mente sinta conforto, a imaginação opera de maneira natural, fazendo uma passagem suave entre situações não percebidas e percebidas, para evitar contradições nas questões de fato, mesmo que seja supor, como no segundo exemplo narrado por Hume, uma conexão além do que foi experimentado, semelhante o percurso da carta através do mar.

Para que essa noção possa ser aceita na mente, Hume considera que ela utiliza o pensamento a respeito do princípio da identidade. Para supor que a constância e a coerência das aparições dos corpos ocorrem por serem contínuas, a ideia de identidade produz uma perfeita regularidade e supõe que certos objetos permanecem os mesmos, sem alterações. Porém, esse juízo ocorre de modo semelhante à maneira como a imaginação produz representações

perfeitas nas ideias dos objetos matemáticos. Mesmo nunca encontrando um triângulo perfeito, é concebível por meio de ajustes na mente tal pensamento. (*T*, 4, 2, 22)

Hume argumenta que a suposição da regularidade no mundo ocorre de maneira semelhante às relações de ideias, porém o juízo de cada uma produz um resultado diferente ao serem analisados detalhadamente. Como Hume considera as ideias menos vividas que as impressões (*T*. 1, 1, 1. 1) e as associações de ideias sofrem forte influência da ação da imaginação (*T*. 1, 1, 4. 1-2) é possível criar uma ideia de regularidade perfeita, mas impossível de ser demonstrada na experiência, porém, a mente supõe que os fatos são iguais às associações de ideias. O que diferencia as questões de fato das associações de ideias são os juízos que resultam de sua análise detalhada. As questões de fato, que acontecem no mundo, admitem qualquer outra noção sem implicar contradição, como a afirmação de que “o sol não nascerá amanhã”, pois, embora pareça absurda, devido a noção psicológica afirmar que nascerá, pela força que o hábito exerce na mente, é perfeitamente inteligível essa afirmação sem implicar contradição (*I*, 4, 1, 2), o que as relações de ideias, como juízos matemáticos ou lógicos, não pode admitir, pois grandezas como o quadrado da hipotenusa ser igual à soma dos quadrados dos catetos, é compreendido por qualquer raciocínio e não se admite outro resultado sem resultar em contradição evidente.

Ao criticar o princípio de identidade¹³, Hume mostra como ocorre a falsidade da perfeita identidade. O princípio de identidade afirma que um objeto é o mesmo que ele próprio. Nesse predicado: o mesmo que ele próprio, não pode haver sujeito e predicado a não ser que a imaginação produza na mente uma falsa situação em que se atribui ao objeto qualidade que não existe pelo menos sem que a própria mente crie as condições necessárias para que o predicado “ele próprio” seja compreendido como qualidade de um objeto. Krauser e Becker (2006, p. 63) também criticam essa ideia do princípio de identidade concordando com Hume ao destacar que é impossível tratar percepções como idênticas, considerando que a interrupção de uma percepção a aniquila e a nova percepção, por mais semelhante que seja da anterior, é uma nova criação.

Hume demonstra que um objeto apenas dá a ideia de singularidade e não de identidade, que não se pode predicar como qualidade “é o mesmo que ele próprio” de algo singular, a não ser que haja uma suposição mental involuntária que faz a ideia tornar-se possível, e muitos objetos dão a ideia de pluralidade, não sendo possível fazer com que a ideia de perfeita identidade seja retirada dessas impressões sem que ocorra associação de ideias para atribuir

¹³ Baxter (2006) chama atenção para análise de Hume aqui neste ponto. Segundo seu pensamento, a preocupação de Hume não é como a análise de Frege acerca da identidade, mas como as ideias atuam na mente por esse princípio a ponto de supor ideias fora da mente

condições não observadas. Por isso, as associações de ideias são funções mentais e não acontecem fora da mente, o que impossibilita a atribuição de qualidade aos corpos independentemente do pensamento.

O princípio da identidade, para Hume, ocorre quando a imaginação extrai da experiência a ideia de tempo, a partir do movimento e mudanças observadas, como sendo sucessão de momentos onde alguns corpos não sofrem alteração na sua forma, tamanho, cor e imagem durante um longo período de observação. A ideia de que o objeto é o mesmo que ele próprio, ou seja, $A=A$ é formada quando as frequentes alterações observadas no mundo em determinados corpos, a partir do que a mente interpreta, não afetam alguns objetos. Ocorre no pensamento um tempo imaginário, despercebido pela mente, que funciona mais rápido que o da observação, onde a imaginação se fixa em um corpo A e produz internamente uma sucessão de momentos mais rápida onde $A \subset B$, B é o tempo imaginário que está sofrendo constantes mudanças rápidas e A é a observação que não mudou na experiência enquanto estava sendo percebida. O corpo que foi observado durante a experiência, A , que manteve suas qualidades, durante esse período, é imaginado como imutável, $A=A$, pois a imaginação se fixa nele o mantendo no pensamento como permanente, enquanto os outros corpos sofrem mudanças.

Durante a alteração no tempo da experiência, onde o corpo percebido, A, não apresenta modificações no tempo imaginário B que está acontecendo no pensamento, embora a impressão real, A, sofra alterações mínimas, $A \neq A$, e muda as características não sendo possível ser constatada pela mente despercebida iludida pela imaginação, o objeto sofre mudanças quando analisado de maneira detalhada e criteriosa. Como ocorre a ideia do princípio da identidade na imaginação, logo se atribui uma identidade a certos objetos que mantém a mesma qualidade nas diversas passagens no tempo imaginário. O sujeito e o predicado são justificados, então, quando a mente admite que um corpo permanece com as mesmas qualidades na sucessão do tempo sem sofrer alteração. Hume considera que, só então, se pode atribuir a qualidade: “um objeto é o mesmo que ele mesmo” (*T*, 1, 4, 2, 29), pela falsidade da imaginação.

A regularidade proposta pela imaginação é falsa porque na experiência não se pode encontrá-la de maneira perfeita, a não ser que se estabeleça uma regularidade probabilística, pois mesmo nos casos em que os objetos aparecem como sendo semelhantes, não se pode atribuir que essa nova percepção é a mesma do passado. Ao analisar de forma criteriosa as novas percepções, elas admitem diferenças das outras semelhantes apreendidas no passado. Para que a constância e a coerência, juntamente com o princípio de identidade, possibilitem pensar na continuidade dos corpos, é necessária uma ação constante

da imaginação para preencher todas as lacunas das experiências e produzir uma ilusória regularidade das situações que ocorrem nas questões de fato, porém a ideia que surge de relações causais, a partir dessas impressões com o princípio de identidade, ocorrem pelo instinto natural que foi considerado duvidoso por admitir contradições como possibilidades. A suposição de continuidade dos corpos não pode provar a existência distinta dos objetos, sem deixar aberto o campo para os céticos.

Hume considera alguns elementos reais na discussão sobre “o que se pode conhecer”, como o reconhecimento da existência da ação realizada pelas forças desconhecidas da natureza na mente e no mundo. Essas forças existem, no entanto, não podem ser descritas de maneira intelectual sem cair em contradições. Segundo Hume, as forças da natureza operam de certa maneira no entendimento, levando todos a crerem na existências dos corpos independente da mente (*I*, 5, 1, 8) apesar da mais profunda reflexão mostrar que não se pode conhecer o mundo como diferente das percepções e não ir além delas, e que a suposição de continuidade é formada por uma ilusão produzida pela imaginação, de modo que o ceticismo de Hume, o mitigado, tem a finalidade de rejeitar os falsos pilares do dogmatismo e produzir noções mais eficientes no progresso do conhecimento. Para tanto, Hume leva em consideração o reconhecimento da existência de forças da natureza que operam no mundo e podemos reconhecer, de

certa maneira, sua ação. A grande dificuldade apresentada em seu discurso diz respeito às questões de fato, que pode ser pensada por diferentes maneiras sem admitir contradições, como a vontade de um homem apagar o sol, que admitem pensamentos contraditórios como possíveis sem implicar inconsistência lógica, apenas psicológica.

A constante regularidade que as pessoas supõem perceber é um processo mental que ocorre pelo instinto natural. Essa regularidade ocorre por meio da ação efetiva da imaginação que consegue suavizar os conflitos deixados pela experiência referente às variações dessa. Porém essa harmonia só ocorre na mente e estabelecem juízos sobre o mundo de maneira arbitrária.

De acordo com Hume, “a imaginação é o fundamento de todo o sistema filosófico” (*T* 4, 4, 1). Para que um sistema seja eficiente, deve conter um número considerável de probabilidade de ser verdadeiro. Mesmo demonstrando as irregularidades que a imaginação disfarça acerca das questões sobre fatos, ela é responsável por juízos certos e invariáveis, tais como alguns juízos matemáticos e pode conduzir o entendimento nas questões sobre fatos produzindo a falsa impressão de perfeita regularidade. Embora em outros momentos de suas obras Hume pareça rejeitar tal pensamento, ele deixa como melhor maneira possível de tratar do conhecimento do mundo a forte crença produzida pelo instinto natural para superar o mais alto grau de ceticismo (*I*. 12, 3, 25) das questões de fato. A probabilidade, baseada em um número

considerável de experiências semelhantes, também é apresentada, por alguns leitores do pensamento de Hume, para solucionar esse problema.

Considerações finais

Os argumentos céticos de Hume foram direcionados principalmente contra as noções do senso comum e o sistema filosófico acerca do mundo. A oposição se apresenta não como impossibilidade de existirem corpos, mas a maneira como os sistemas tentam justificar a noção de existência externa. Para Hume, não há como discutir a realidade diferente das percepções. Os sentidos produzem noções internas e dependem da mente para formar ideias, Hume afirma que “se retirar todas as qualidades inteligíveis do objeto só restará um *algo* desconhecido” (I, 12, 1, 16). Esse *algo* que Hume supõe, é o que pode ser pensado distinto da mente, *algo* sem forma, qualidade, tamanho, peso, ou qualquer qualidade que o pensamento produz e que não pode ser justificado por nenhum sistema filosófico satisfatoriamente sem recorrer a ideias compostas e ao que os sentidos mostram. As críticas direcionadas a Locke ocorreram devido à maneira insatisfatória com a qual este filósofo tentou justificar as qualidades primárias dos corpos em contraposição às qualidades secundárias. Hume entende que os únicos objetos do conhecimento são apenas as percepções e ideias, as quais são internas e

descontínuas, e somente a partir delas é que se deve produzir os juízos sobre o mundo.

Durante a investigação, a imaginação foi apresentada como o fundamento dos sistemas filosóficos acerca das questões de fato. Como ela apresenta coletâneas de variações, Hume considera como fundamento da existência do mundo a crença. Posteriormente, alguns autores procuraram solucionar o problema do ceticismo de Hume por meio do senso de probabilidade. Um desses autores é J. W. N. Watkins que avalia o número considerável de possibilidade de uma sentença ser verdadeira. A proposta de seu sistema é apresentar os requisitos necessários para esses juízos.

Para Watkins (1990, p.14), o ceticismo de Hume deriva da conjunção das três proposições seguintes: não há verdades sintéticas ‘a priori’ a respeito do mundo externo; qualquer conhecimento genuíno que tenhamos do mundo externo deve ser derivado, em última instância, da experiência perceptiva; só são válidas derivações dedutivas. Ele chama atenção também ao resultado de pôr o mundo em questão, pois torna os juízos científicos instáveis, pois há a necessidade de existir regularidade para formular os métodos científicos. Hume considera como maneira adequada para tratar do problema a probabilidade.

A irregularidade que o mundo apresenta coloca o método indutivo como ineficiente para o conhecimento¹⁴. Hume considera que a experiência deve ser o critério último para justificar uma afirmação acerca do conhecimento sobre fatos, porém o critério se reduz ao probabilismo. Watkins afirma que a filosofia de Hume admite um recurso de certeza sobre o mundo que é o como “uma bússola no mar de incertezas (1990, p. 17). Para Hume, o único recurso que conduz os homens nas afirmações sobre questões de fato é o instinto natural que, mesmo diante do ceticismo, conduz os homens a considerarem o mundo como real. A afirmação de Bertrand Russel de que o ceticismo de Hume é logicamente impecável, mas psicologicamente impossível (WATKINS, 1990, p. 16), ocorre porque o instinto natural é mais forte que qualquer ceticismo.

Hume verifica até que ponto é possível utilizar o instinto natural para conduzir o pensamento sobre o mundo, pois é por essa força desconhecida que desde as civilizações mais antigas e, até mesmo entre os animais, que se supõe que as percepções são realidades em si. Por meio desse instinto, até o cético mais extremo não consegue viver sem considerar em algum momento a realidade do mundo.

Nas *Investigações acerca do entendimento humano*, obra posterior ao Tratado, Hume defende um tipo de ceticismo que ele

¹⁴ Owens (2000) chama atenção para o problema gerado pelo ceticismo acerca do mundo uma vez que ao colocar como incertos a regularidade das percepções não se pode concluir da experiência universalidade nos juízos sobre questões de fatos.

chama de “ceticismo acadêmico”, que avalia todos os problemas sobre as questões de fato de maneira moderada e bastante detalhada, com a intenção de corrigir todos os erros produzidos pelo dogmatismo e produzir também progresso para o conhecimento, diferentemente do ceticismo pirrônico que, para o autor, levaria a Humanidade à extinção, caso fosse levado em conta. Após avaliar que sustentar uma realidade distinta da mente é algo destituído de argumentos inteligíveis e acaba em falácias, concluímos que a probabilidade, proposta por Watkins, torna-se o recurso mais adequado nos juízos sobre questão de fatos e o problema quanto a existência do mundo.

Referências

AYER, A. J. *Hume*. São Paulo: Loyola, 2003.

BAXTER, D. L. M. *Identity, Continued Existence, and the External World*. 2006. Disponível em: <https://www.collegiofonda.it>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BERKELEY, George. *Tratado sobre os princípios do conhecimento Humano*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

CACHEL, Andrea. Teoria e experiência na ciência da natureza humana de Hume. *Ética e filosofia política*, v. I, n. 19, p. 28-41, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/eticaefilosofia/issue/view/737>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CACHEL, Andrea. Crença no mundo exterior: um diálogo entre Hume e Berkeley. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 14, n.

21, p. 125-146, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/495/427>. Acesso em 12 fev. 2021.

CACHEL, Andrea. Qualidades Primárias e Secundárias em Hume: o problema da objetividade. *Revista Sképsis*. Ano IV, n. 6, p. 49-66, 2011. Disponível em: http://philosophicalskepticism.org/wp-content/uploads/2014/06/3qualidades_primarias.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

COVENTRY, A. M. *Compreender Hume*. Tradução de Hélio Magri Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento Humano e sobre os princípios da moral*. Tradução de José Marques. São Paulo: Unesp, 2004.

HUME, David. *Tratado da natureza Humana*. Tradução de Débora Danowski. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.

KRAUSE, Décio; BECKER, Jonas. Hume, Schrödinger e a individuação de objetos físicos. *Revista Eletrônica Informação e Cognição*, v.5, n.2, p.59-71, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/70984>. Acesso em: 12 de fev. 2021.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento Humano*. Tradução de Anoar Aiex. São Paulo: Nova cultural, 1999.

MCCANN, Edwin. *A teoria lockeana dos corpos materiais*. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/FILOSOFIA/Artigos/teoria_locke.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

OWENS, D. Self-knowledge, externalism and scepticism, II - Scepticisms: Descartes and Hume. Supplement to the Proceedings of the Aristotelian Society. *White Rose Research Online*. Universities of

Leeds, Sheffield and York. 74 (1). pp. 119-142. ISSN 1467-8349 74(1). pp. 119-142, 2000. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/1211/>. Acesso em: 11 de fev. 2021.

PEREIRA, Oswaldo Porchat. *Rumo ao ceticismo*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

SMITH, Plínio Junqueira. *O ceticismo de Hume*. São Paulo: Loyola, 1995.

WATKINS, J.W.N. *Ciência e ceticismo*. Tradução por Ceboleir. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

WILLIGES, Flávio. *Razão e Natureza: uma análise dos conceitos de percepção, crença e existência externa na filosofia de David Hume*. Tese (Doutorado). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unisc.br:8080/jspui/handle/11624/1750>. Acesso em: 11 fev. 2021.

ZATERKA, Luciana. Robert Boyle e John Locke: Hipótese corpuscular e filosofia experimental. *Circumscribere International Journal for the History of Science*. 2006. Disponível em: <https://lucianazaterka.com.br/pdf/lzaterka-circumscribere.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

Data de registro: 12/02/2020

Data de aceite: 22/05/2020